

Me llamo Rigoberta Menchú y a mí me necesitó el castellano

a língua espanhola como dispositivo de exclusão social

Sandra Leite dos Santos
Fernando Zolin-Vesz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, S. L., and ZOLIN-VESZ, F. Me llamo Rigoberta Menchú y a mí me necesitó el castellano: a língua espanhola como dispositivo de exclusão social. In: SOUZA, F. M., and ARANHA, S. D. G., orgs. *Interculturalidade, linguagens e formação de professores* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 35-47. Ensino e aprendizagem collection, vol. 2. ISBN 978-85-7879-347-0. Available from: doi: [10.7476/9788578793470.0004](https://doi.org/10.7476/9788578793470.0004). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/qbsd6/epub/souza-9788578793470.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**ME LLAMO RIGOBERTA MENCHÚ Y A MÍ
ME NECESITÓ EL CASTELLANO¹:
A língua espanhola como dispositivo
de exclusão social²**

Sandra Leite dos Santos (UFMT)

Fernando Zolin-Vesz (UFMT)

“Se aprendió el lenguaje del colonizador, no para integrarse a una historia que nunca la incluyó, sino para hacer valer, mediante la palabra, una cultura que es parte de esa historia” (Elizabeth Burgos).

-
- 1 Empregamos esta construção como metáfrase do título da obra aqui analisada – *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Como será discutido no capítulo, o castelhano constitui dispositivo de exclusão social. Daí a necessidade, na perspectiva de Rigoberta Menchú, de aprendê-lo.
 - 2 Este capítulo se refere à pesquisa de mestrado do primeiro autor, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob orientação do segundo autor.

Nascida na Guatemala, Rigoberta Menchú Tum tornou-se conhecida depois da publicação, em 1985, do livro *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, escrito por Elizabeth Burgos. A obra narra o despertar da consciência de Menchú para a situação de injustiça social, política e econômica que a cercava: já aos sete anos de idade, começa a questionar as condições em que os indígenas de sua comunidade eram transportados para os trabalhos nas fazendas – pessoas e animais misturados em caminhões fechados, sem ventilação ou qualquer tipo de higiene.

O maior objetivo de Menchú passa a ser, dessa forma, aprender espanhol para que ela e sua comunidade possam ter acesso aos bens sociais que lhes são negados, pelo próprio Estado, em função do não conhecimento do castelhano³. Grande parte da população indígena guatemalteca, segundo Menchú, não possuía acesso ao espanhol, sobrelevado à língua oficial naquele país. Sua aprendizagem se torna, para Rigoberta, uma questão de sobrevivência e de resistência: a única maneira de enfrentar a exclusão social seria, inicialmente, vencer a barreira linguística para, em seguida, as demais instâncias sociais de segregação das comunidades indígenas da Guatemala.

3 Empregamos as formas “castelhano” e “espanhol/língua espanhola” como sinônimos da língua de prestígio – e, portanto, dispositivo de exclusão social – imposta à Guatemala pela Espanha ainda no período colonial. Tomamos como parâmetro o próprio histórico da constituição do castelhano como língua oficial da Espanha: de uma variedade restrita a uma exígua região geográfica do norte do país até sua conversão em idioma oficial de toda uma nação e sua chegada ao Novo Continente como língua dos colonizadores (MOURE, 2015).

O intuito desta investigação é, portanto, analisar, no advento da personagem em sua busca pela aprendizagem do castelhano, a língua como um dispositivo de exclusão social. Inicialmente, discutimos o contexto sócio-histórico da Guatemala, abordando alguns aspectos da colonização do país pela Espanha, em especial os linguísticos, conforme Böckler (2001) e Böckler e Herbert (2002). Em seguida, trazemos à baila o conceito foucaultiano de dispositivo, ladeado por autores que complementam a discussão, como Júnior e Sousa (2014) e Carvalho e Sargentini (2014). Por fim, analisamos excertos da biografia de Rigoberta Menchú, buscando evidenciar, em sua narrativa, a constituição do espanhol como dispositivo de exclusão social e, por conseguinte, o estabelecimento das relações de poder por meio do (não) conhecimento da língua.

A herança linguístico-colonial da Guatemala

A Guatemala, assim como outros países da América Latina, foi colonizada pela Espanha. No decorrer desse processo, os índios foram obrigados a viver separados dos espanhóis, em locais afastados, conforme observa Böckler: “En los perímetros urbanos se ubicó a la población autóctona en barrios segregados, de los cuales sólo podría salir para efectuar los trabajos que se le encomendados, así como para asistir las ceremonias religiosas cristianas” (BÖCKLER, 2001, p.13).

Ainda segundo o autor, “las relaciones sociales cotidianas de la población colonial nacen marcadas por las desigualdades en todos os niveles. No es un simple problema de distribución arbitraria e injusta de las riquezas” (Ibid., p.15). Nesse contexto, o castelhano adquire estatuto

de língua oficial, atribuindo ao não falante uma posição inferior. A exclusão, portanto, também resulta da condição de superioridade conferida aos falantes da língua oficial em detrimento daqueles não falantes.

A questão da desigualdade social, que aflige as comunidades indígenas da Guatemala e perdura até os dias atuais – como nos narra a biografia de Menchú –, parece constituir-se como herança do processo de colonização estabelecido pela Espanha, corroborando o que Grosfoguel (2008) denomina colonialidade, ou seja, “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p.126). Assim, relações de exploração e de exclusão dos indígenas ainda persistem na recente história da Guatemala, agora materializadas por meio da figura do ladino⁴: “La relación de explotación existente del ladino para con el indígena constituye la contradicción dominante en las estructuras de clases. El ladino monopoliza la tierra de alta productividad [...]; explota mano de obra indígena; monopoliza el crédito agrícola” (BÖCKLER; HERBERT, 2002, p.109).

De igual modo, a língua trazida pelo colonizador, alçada ao posto de oficial do país, prevalece, preservando relações de marginalização estabelecidas desde o período colonial. As comunidades indígenas do Altiplano, região montanhosa da Guatemala onde Menchú e sua família viviam, sofreram incessantemente com essa segregação: por não

4 São denominados ladinos os guatemaltecos que resultaram da miscigenação entre espanhóis e indígenas desde o período colonial.

possuírem autoridade frente ao castelhano, tornaram-se passíveis de exploração por parte dos coronéis do café e do algodão. Nas fazendas, deparavam-se com diversas doenças e com a morte, em decorrência da fome e das péssimas condições de trabalho, o que dizimou parcela significativa de índios guatemaltecos. Além disso, a pouca terra que possuíam para cultivar era invadida e tomada pelo governo e pelos fazendeiros. Nessa seara, Menchú passa a entender a aprendizagem da língua espanhola como necessidade, como forma de sobrevivência e de resistência ao *status quo* de uma sociedade em que não estava inclusa.

O conceito de dispositivo

De acordo com Júnior e Sousa (2014), o termo dispositivo é um conceito foucaultiano relativo a “técnicas, estratégias e formas de assujeitamento postas em ação pelas relações de poder” (FERNANDES JÚNIOR; SOUSA, 2014, p.14). Para esclarecer o sentido do termo, os autores buscam em Foucault (1999) a definição do conceito:

Um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; o dito e o não dito, sendo, portanto, a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1999 apud FERNANDES JÚNIOR; SOUSA, 2014, p.14).

Assim, na perspectiva foucaultiana, todo exercício de poder instala um dispositivo (CARVALHO; SARGENTINI, 2014). São esses dispositivos os meios pelos quais se materializam e propagam as relações de poder em nossa sociedade, “algo que se exerce, se efetua, e funciona discursivamente” (FERNANDES JÚNIOR; SOUSA, 2014, p.14). Dessa forma, podemos compreender que essas relações se estabelecem como práticas sociais atravessadas pelos discursos produzidos e retomados em nosso cotidiano. A esse respeito, observa Foucault (2008) que:

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2008, p.246).

Na biografia de Menchú, a língua espanhola se torna um dispositivo que aciona relações de poder, originadas no processo de colonização da Guatemala pela Espanha. Essas relações estabelecem a diferença entre aquele que é acolhido pela sociedade – o falante de castelhano, a língua imposta como oficial – e aquele que é excluído – o não falante dessa língua. Para (a)firmar-se como sujeito, ou seja, deixar o espaço de exclusão a que estava agrilhoadada devido ao desconhecimento do espanhol, a personagem

busca apropriar-se do dispositivo de poder que lhe pode garantir a inclusão nessa sociedade – a língua do colonizador, alteada ao posto de oficial.

A língua espanhola como dispositivo de exclusão social em *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*

Em busca de compreender, na narrativa de Rigoberta Menchú sobre aprender o castelhano, a constituição da língua como dispositivo de exclusão social, analisamos excertos de sua biografia, selecionados em virtude deste objetivo da investigação.

No primeiro excerto, podemos observar que, desde muito cedo, Rigoberta almejava frequentar uma escola. Entretanto, a exclusão socioeconômica a que os indígenas guatemaltecos estavam submetidos impedia a então jovem de alcançar seu anseio.

Yo deseaba un día poder leer o escribir o hablar el castellano. Eso le decía a mi papá, yo quiero aprender a leer. Tal vez cuando lee, sea diferente. Entonces mi papá me decía, ¿quién te va a enseñar? Tienes que aprenderlo por tus medios, porque yo no los tengo. No conozco colegios, tampoco te podría dar dinero para un colegio (BURGOS, 2011, p.115).

As relações estabelecidas neste excerto indiciam o processo de exclusão indígena. Sem acesso às escolas, devido à situação socioeconômica, e, portanto, postos à margem do conhecimento da língua oficial do país, os indígenas se mantêm excluídos das instâncias da sociedade guatemalteca, em suas montanhas, com terras impróprias para o plantio, sem possibilidade de auxílio governamental ou de educação formal/oficial.

Assim, sem condições econômicas para pagar uma escola, aos treze anos, Menchú decide trabalhar em uma casa de família, pois acreditava ser essa a melhor opção para aprender espanhol, além de também ajudar financeiramente sua família. Contudo, o acesso à língua não lhe garante autoridade sobre a mesma, que se mantém como dispositivo de exclusão. No excerto que segue, por não conhecer as regras de formalidade dos pronomes *tú* e *usted* da língua espanhola, Menchú vivencia, uma vez mais, relações de exclusão propiciadas por meio da língua:

No teníamos que le decir una palabra, por ejemplo, de tú, sino que le teníamos que decir usted, porque eran respetados. Entonces, una vez, que a mí me costaba el castellano y apenas empezaba a hablar algunas palabras, yo quizá le dije tú a la señora. Casi me pega. Y me dijo: “Tú será tu madre. Tienes que respetarme tal como soy” (BURGOS, 2011, p. 123, grifos do autor).

Observemos, na narrativa de Menchú, a perpetuação, herdada do período colonial imposto à Guatemala, da relação de superioridade da *señora* – falante de espanhol – frente à posição de inferioridade de Menchú como não falante da língua. Mais uma vez, o castelhano é tomado como dispositivo de exclusão: por não estar provida do conhecimento das regras normativas de tratamento formal e informal que regem a língua espanhola, por si só uma evidência da demarcação exclusiva que constitui a língua enquanto herança colonial, o uso “equivocado” dos pronomes pessoais *tú* e *usted* por Menchú evidencia a posição que cada personagem ocupa, respectivamente – falante de espanhol/não falante de espanhol, porquanto superior/inferior, não indígena/indígena, incluído/excluído.

A língua espanhola como dispositivo de exclusão se torna uma vez mais central na passagem da biografia de Menchú em que seu pai é preso pelo governo sob a alegação de que perturbava a soberania do país. Para libertá-lo, a família busca um intérprete para intermediar a negociação com um advogado ladino, falante de castelhano, como pode ser observado no excerto que segue:

Como no hablábamos el castellano, entonces teníamos que buscar un intermediario que tradujera las declaraciones de mi madre. El abogado era un ladino y no entendía la lengua de nosotros. Teníamos que buscar un intermediario para que tradujera. Inmediatamente los terratenientes pagaron al intérprete para que no dijera que nosotros decíamos.

El intérprete se vendió a los terratenientes y no decía lo que nosotros decíamos sino que decía otras cosas en lugar de la declaración nuestra.

[...]

Lo más penoso para nosotros fue que no podíamos hablar. Y yo en ese tiempo decía, tengo que proponerme aprender el castellano. Que no necesitemos intermediários (BURGOS, 2011, p.136 - 137).

No excerto, a prisão do pai reitera a urgência, diagnosticada por Menchú, de aprender a língua oficial do país, empregada pelas autoridades. Diante da necessidade da contratação do intérprete, esse fator remete à marginalidade tanto da própria personagem quanto de sua família, sempre marcante nas relações de Rigoberta com a sociedade guatemalteca. Em meio ao infortúnio da prisão do pai, o não conhecimento da língua a expõe a mais uma situação de exploração: subornado, o intérprete recebe a quantia que lhe é devida pela família de Menchú, mas traduz a verdade conveniente para os *terratenientes* – daí a insistência, nesta análise, do espanhol como um dispositivo de exclusão.

Como constata a personagem um pouco mais à frente, “la necesidad me obliga a aprender el castellano” (BURGOS, 2011, p.188). De fato, desde o princípio de sua narrativa, Menchú relata inúmeras situações em que não falar a língua oficial de seu país a exclui socialmente. Os excertos analisados são apenas alguns dos

muitos, narrados em sua biografia, em que o não conhecimento de espanhol colocou a personagem, sua família e sua comunidade em situações de segregação. Foram esses acontecimentos que despertaram sua consciência para a necessidade de aprender a língua. Dessa forma, a história relatada por Rigoberta se refere não somente às sociedades indígenas guatemaltecas, mas a todas as pessoas subjugadas, segregadas, exploradas e massacradas por discursos coloniais de superioridade e exclusão, que ainda nos dias atuais proclamam as diferenças e asseveraram as desigualdades.

Palavras finais – o papel da língua é apenas comunicar?

Neste capítulo, intentamos analisar, ainda que inicialmente, como, no decorrer da biografia de Rigoberta Menchú, a língua castelhana exerceu a função de dispositivo de exclusão social. Ao relatar sua história de vida, situações de disparidade linguístico-social, a que os indígenas da Guatemala foram submetidos desde a colonização do país pelos espanhóis, resultaram em processos de exclusão e de marginalização que, devido à colonialidade (GROSFUGUEL, 2008), perduram e se projetam em momentos atuais. Os excertos analisados parecem esboçar a dimensão das dissimétricas relações de poder, vivenciadas pela personagem, em virtude do não conhecimento da língua considerada oficial desde o processo de colonização.

Desse modo, a narrativa de Menchú, a nosso ver, apresenta a língua espanhola como um dispositivo que define aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora

da sociedade guatemalteca. Assim, Rigoberta traz a lume problemas que perduram desde a colonização: a exploração de mão de obra indígena e a injustiça social decorrentes da segregação linguística. Por meio de sua biografia, a personagem parece lançar mão de sua consciência da necessidade em aprender o castelhano como dispositivo de resistência, para escancarar os efeitos da exclusão, seja da natureza que for. Essa observação nos conduz à seguinte indagação: seria o papel da língua apenas comunicar, como insistimos em (re)afirmar quando questionados sobre seu ensino, aqui em particular do castelhano ou espanhol/língua espanhola como sinônimos da língua do colonizador de grande parte dessas terras chamadas Novo Continente? Entretanto, talvez este seja assunto para outro momento: o silêncio também funciona como dispositivo de exclusão.

REFERÊNCIAS

BÖCKLER, C. G. **Ri okel nqetamaj pa Iximulev**. Cuando se quiebran los silencios. Lo que todos debemos saber de la historia de Guatemala. Cidade da Guatemala: Cholsamaj, 2001.

BÖCKLER, C. G.; HERBERT, J. L. **Guatemala**: una interpretación histórico-social. Cidade da Guatemala: Cholsamaj, 2002.

BURGOS, E. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. 20. reimp. Cidade do México: Siglo XXI, 2011,

CARVALHO, P. H. V.; SARGENTINI, V. M. O. **Dispositivo, discurso e produção de subjetividade**. Goiânia: EdUFG, 2014.

FERNANDES JÚNIOR, Antonio; SOUSA, K. M. **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia: EdUFG, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.80, p.115-147, 2008.

MOURE, J. L. Castellano, español o argentino? In: ACUÑA, L.; BARALO, M.; MOURE, J. L. **Qué español enseñar a un extranjero?** Buenos Aires: Tinta Fresca. 2015. p. 9-39.